

**Lorena Melo Silva**

**De:** luizfabio@eletrosul.gov.br  
**Enviado em:** terça-feira, 31 de maio de 2016 15:04  
**Para:** consulta publica.portaria  
**Assunto:** Consulta Pública - Portaria MME nº 172/2016 - Contribuições ABRATE  
**Anexos:** MME - Ficha de Contribuição Consulta Pública Capacidade de Escoamento - Contribuições ABRATE.pdf

Prezado,

Seguem contribuições da **ABRATE** para a Consulta Pública que trata das Diretrizes Gerais sobre Capacidade do SIN para escoamento de geração de energia elétrica, conforme estabelecido no Anexo da Portaria MME nº 172/2016.

Att,

**Luiz Fabio Fraporti da Silva**

Coordenadoria de Planejamento do Sistema  
48 3231-7467 | 48 9636-0759  
[luizfabio@eletrosul.gov.br](mailto:luizfabio@eletrosul.gov.br)



## AVISO

Esta mensagem é destinada exclusivamente a(s) pessoa(s) indicada(s) como destinatário(s),

podendo conter informações confidenciais, protegidas por lei. A transmissão incorreta da mensagem não acarreta a perda de sua confidencialidade. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, solicitamos que seja devolvida ao remetente e apagada imediatamente

de seu sistema. É vedado a qualquer pessoa que não seja destinatário, usar, revelar, distribuir ou copiar ainda que parcialmente esta mensagem.

-----

## DISCLAIMER

This message is destined exclusively to the intended receiver. It may contain confidential or legally protected information. The incorrect transmission of this message does not mean loss of its confidentiality.

If this message is received by mistake, please send it back to the sender and delete it from your system immediately. It is forbidden to any person who is not the intended receiver to use, reveal, distribute, or copy any part of this message.

**FICHA PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA**

**NOME DA INSTITUIÇÃO: ABRATE – Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica**

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

ATO REGULATÓRIO: Portaria MME nº 172, de 10 de maio de 2016.

**EMENTA:** Diretrizes gerais para definição de capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

## CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

**IMPORTANTE:** Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

TEXTO/MME	TEXTO/INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
<p><b>ANEXO</b></p> <p>Art. 3º</p> <p>§ 4º Concluída a etapa de Cadastramento do leilão, a EPE encaminhará, às concessionárias de transmissão de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até quinze dias do seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10.</p>	<p>Art. 3º</p> <p>§ 4º Concluída a etapa de Cadastramento do leilão, a EPE encaminhará, às concessionárias de transmissão de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até <del>quinze</del> trinta dias do seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10. <b>Na consulta da EPE deverão estar indicadas quais as expansões planejadas nas subestações consultadas, bem como os acessos previstos de usinas vencedoras em leilões anteriores, para serem considerados na resposta da concessionária de transmissão.</b></p>	<p>O prazo de quinze dias mostra-se insuficiente para a resposta da transmissora, dependendo da quantidade de subestações a serem avaliadas, considerando ainda que o prazo de postagem já consome alguns dias. Entende-se que 30 dias é um prazo mais adequado para esta atividade.</p> <p>Além disso, para que a transmissora não tenha a responsabilidade de buscar nos estudos publicados pela EPE, quais expansões estão planejadas nas subestações consultadas, bem como quais usinas se sagraram vencedoras em leilões anteriores e a forma de conexão pretendida (isolada ou compartilhada) nas subestações consultadas, entende-se que a EPE já deve indicar na consulta de viabilidade todas estas informações, de forma que a concessionária não fique sujeita a eventuais erros na resposta.</p>

<p><b>ANEXO</b></p> <p>Art. 6º</p> <p>Parágrafo único. A EPE e o ONS poderão propor ao Ministério de Minas e Energia critérios diferenciados para a operação das instalações do SIN na definição de que trata o <b>caput</b>, devendo constar da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.</p>	<p>Art. 6º</p> <p>Parágrafo único. A EPE e o ONS poderão propor ao Ministério de Minas e Energia critérios diferenciados para a operação das instalações do SIN na definição de que trata o <b>caput, desde que a forma de operação não traga responsabilidades e ônus adicionais para as concessionárias de transmissão</b>, devendo constar da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.</p>	<p>Na etapa de definição de capacidade, caso sejam consideradas formas de operação diferenciadas, como por exemplo, utilização de esquemas especiais de proteção (SEPs), as concessionárias de transmissão não poderão ser responsabilizadas e oneradas por desligamentos no sistema, em caso de eventuais falhas de atuação do esquema.</p>
<p><b>ANEXO</b></p> <p>Art. 10. As concessionárias de transmissão de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL.</p>	<p>Art. 10. As concessionárias de transmissão de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação de penalidades pela ANEEL, <b>caso não atendam ao disposto no Art. 3º § 4º.</b></p>	<p>Esclarecer no texto que somente as transmissoras que não responderem as consultas da EPE ficam sujeitas à fiscalização/penalidades pela ANEEL.</p>